

# A disputa presidencial de 2002: análise da conjuntura<sup>1</sup>

Remy José Fontana (UFSC)

Gostaria de ter tido a oportunidade de saudar de viva voz a presença entre nós, em nosso meio acadêmico, do professor Wanderley Guilherme dos Santos, um cientista político que tem se notabilizado não apenas pela produção original de conhecimento sobre nossas realidades e instituições políticas, mas pela apologia e defesa de nossa, mais ou menos incipiente e quase sempre ameaçada, democracia. Infelizmente, por razões de força maior não o temos hoje aqui.

Ainda assim cabe o reconhecimento de sua contribuição para a formação teórica de tantos de nós que nos aventuramos pelo estudo da política. E cabe ainda, neste mesmo registro, assinalar sua intervenção regular na imprensa, colaborando para a formação de uma opinião pública mais informada e crítica, condição de ampliação de uma cidadania ativa e consciente.

Meu interesse maior em sua presença, afinal frustrada, deve-se ao fato que perco uma excelente oportunidade de diálogo, e certamente de maior entendimento desta rica conjuntura, no caso de tê-lo como interlocutor privilegiado.

---

1 Comunicação ao seminário *Dimensões da Democracia Eleitoral no Brasil*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em 15 e 16 de agosto de 2002. A única alteração em relação ao texto apresentado, além de pequenos ajustes de estilo, refere-se à inclusão do item "Contextualizando a competição eleitoral", que é parte de uma intervenção num debate promovido pela Escola de Governo e Cidadania de SC, em 15 de outubro de 2002, realizado no Plenarinho da Assembléia Legislativa, em que se avaliavam os resultados do primeiro turno das eleições.

Se me permitem, gostaria de sumariar alguns aportes, como que sínteses, da elaboração recente do professor Wanderley Guilherme que nos ajudam a demarcar a conjuntura e a esconjurar algumas de suas ameaças e afrontas à civilidade democrática em nosso país:

- Wanderley Guilherme dos Santos denuncia o “rapto de alguns direitos dos cidadãos neste festival de truculências, em nome do objetivo de estabilidade monetária”;
- responsabiliza os planejadores econômicos e revisores constitucionais pela manutenção da sociedade brasileira sob condições de um estado de sítio psicológico, econômico e político;
- é implacável com tecnocratas que experimentam com uma engenharia social canhestra, às custas do infortúnio alheio;
- é igualmente duro com tecnocratas que “transacionam em segredo com os direitos e com o bolso da sociedade”;
- desvenda artimanhas de críticos que propagam falsidades com a intenção encoberta de frear ou limitar o processo competitivo eleitoral, ameaçando ou mesmo subvertendo os fundamentos institucionais do país.<sup>2</sup>

Inspirado e em sintonia com elaborações como estas, me aventuro a desenvolver as considerações que seguem.

## Contextualizando a competição eleitoral

As eleições presidenciais deste ano no Brasil adquiriram uma importância mundial sem precedentes, despertando um interesse generalizado em amplos públicos, inquietando uns e despertando grandes expectativas em outros. O mesmo vale, com ainda maior intensidade, para os cidadãos brasileiros, seus diretos protagonistas.

O fato é que estas eleições de outubro de 2002 podem alterar significativamente tanto a cultura quanto a prática política no Brasil e então realinhar diferentemente o país em suas rela-

---

2 Citações de Wanderley Guilherme dos Santos contidas em *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio: Rocco, 1998.

ções externas, redefinindo os termos de sua inserção na chamada globalização, isto é, no âmbito da presente mundialização dos mercados sob a hegemonia imperial americana.

Este é um elemento crucial desta conjuntura, e um indicador de uma certa polarização entre *mercado e cidadania*, ou de um descompasso entre *mercado e urnas*. O poder econômico e os mercados financeiros querem impor a *continuidade*, enquanto as urnas já estão a exigir *mudanças*.

O povo brasileiro é chamado a pronunciar-se diante de tais parâmetros, realizar sua escolha, tomar uma decisão momentosa e arcar com suas conseqüências.

Não é pois fortuito que a chamada agenda econômica esteja no centro do processo eleitoral. Mais propriamente, correlaciona-se crise econômica e complexidade política.

A *crise econômica* evidencia-se pela asfixia cambial e pelos seus desastrosos efeitos sobre a economia brasileira, pela deterioração das finanças públicas, pela ausência de crescimento produtivo e pela geração do desemprego. A crise de 2002 é apenas a última de uma série de crises cambiais que ocorreram nos seis dos últimos oito anos sob FHC. Esta crise econômica penetra o processo eleitoral como *terrorismo econômico*, via ataque especulativo, suspensão de linhas de financiamento externo, aversão ao *risco-país*, tentativa de enquadramento de candidatos presidenciais e ameaças várias.

Presenciamos um verdadeiro festival de truculências e intimidações com vistas a impedir que um novo governo afirme-se a partir da soberania popular e contraponha-se aos interesses do capital especulativo internacional.

Diante da mais que provável vitória de um candidato presidencial não confiável, os chamados mercados tudo têm feito para interditar ao PT o direito de governar. Mas parece que o povo brasileiro insiste em ir às urnas para discordar.

A *complexidade política* se revela entre outros indicadores pela configuração, um tanto heterodoxa, das alianças eleitorais, em que se combinam diferentes e mesmo contraditórias ideologias que, se podem ser compreensíveis como expressão de movi-

mentos táticos, são deploráveis, se indicadores de mero oportunismo ou de uma razão cínica.

Se estas eleições, como já se revela pelos resultados do 1º turno, encontra sua expressão maior pelo desejo de *mudança e renovação*, e estas orientações estariam certamente mais bem expressas nos partidos de oposição, notadamente no PT, como se explicam algumas composições de forças, apoios e alinhamentos de grupos e lideranças de perfil mais arcaico que tem aderido a este curso de ação renovadora e mudancista? Isto compromete ou impugnaría as possibilidades de alterações e mudanças políticas e sociais, no caso de a oposição conquistar o poder governamental?

Qual seria, pois, o sentido e a natureza de tais arranjos e do processo que se abre em caso de êxito eleitoral de forças oposicionistas “contaminadas” por elementos da velha ordem?

Concretamente no caso de uma provável vitória de Lula, de um PT coligado com o PL e apoiado por algumas notáveis e notórias figuras da direita, algumas questões relevantes seriam: quais compromissos se estabelecem, qual o peso e a influência políticas destes parceiros?; estariam numa posição forte, com capacidade de veto sobre decisões do novo governo, ou seriam apenas caudatários de uma onda que os arrasta, resíduos políticos de um ciclo que se encerra?

Não se pode descartar em qualquer caso um risco de conciliação com o atraso, um freio às mudanças.

A cada novo ciclo político realinham-se as forças, redefinem-se os padrões de relacionamento entre forças anacrônicas e modernas. Os processos de renovação não se impõem de uma só vez e integralmente, não realizam todas as suas potencialidades no imediato do curto prazo; assim também as forças arcaicas não se diluem ou deixam a cena num único ato do drama político.

O que é necessário discernir é a dinâmica do processo, seu motor, seu eixo e tendências, em termos estratégicos e perspectiva histórica.

As relações entre o velho e o novo não são estanques nem mecânicas; mantêm interações complexas, influenciam-se mutuamente. O arcaico e o moderno não são categorias ou forças que se bastam e se explicam por si próprias; o que são e como agem

se compreende por referência ao contexto em que se encontram, por referência ao estágio de desenvolvimento econômico-social e cultural do país, à dinâmica das contradições que dispõe e redispõe as forças sócio-políticas e que dão direção ao seu movimento, às suas composições, aos seus projetos.

Onde o senso comum vê confusão, movimentos erráticos, alinhamentos surpreendentes, dissensões inesperadas e alianças aparentemente incompreensíveis ou impensáveis, como se essas estranhas coreografias políticas e ideológicas derivassem só do puro ato de vontade de protagonistas políticos, o analista político se empenhará em discernir contradições que resultam não apenas ou principalmente de cálculos políticos personalistas ou oportunistas de curto prazo, mas de imposições de uma realidade em movimento, tensionada por processos objetivos, cujos elementos contêm alternadamente possibilidades originais e promissoras e/ou retrógradas e caducas.

Assim, nesta conjuntura, tem-se uma forte inflexão oposicionista que se articula com importante dissensão do bloco dominante, compondo uma teia complexa de movimentos e lances cujo sentido e conseqüências ainda não se revelam completamente.

Não serão, pois, apenas idéias e projetos antecipados e enunciados pelas candidaturas que conformarão a realidade e as orientações do próximo governo. Será, sob muitos aspectos, a realidade dura e contraditória que se imporá ao novo governo saído das urnas de outubro. Sairão exitosas deste enfrentamento político as forças mais capazes de aferir esta realidade, as que melhor souberem interpretá-la para amplos públicos, conquistando sua confiança, para alçando-se a posições de poder assumirem, em nome da sociedade, a tarefa de alterar as condições limitadoras de seu bem-estar.

### **a) *Check-list* da conjuntura**

Indicam-se aqui, sem ordem de relevância, alguns dos aspectos mais salientes que delimitam o espaço político em que se movem os atores da campanha presidencial, e que serão em parte desenvolvidos adiante.

- esgotamento do ímpeto, e eventualmente do ciclo, da reestruturação econômica de inspiração neoliberal
- uma cisão política no bloco dominante
- uma inflexão pragmática do maior partido de oposição de esquerda em direção ao centro
- uma política de alianças mais ou menos errática, heterodoxa e esdrúxula alinhada ao oportunismo, ou seria algo das ordens táticas e estratégicas em linha com o realismo político?
- coligações políticas que buscam convergências ou que promovem diluições ideológicas?
- uma situação econômica de alto risco e volatilidade, comportando indicadores macroeconômicos alarmantes
- uma situação social que beira os limites de ruptura de uma coesão minimamente necessária para viabilizar uma vida civilizada
- um certo desencanto, alguma perplexidade e mesmo indignação difusa nas camadas mais informadas e ilustradas à esquerda, com a configuração do processo eleitoral e com a armação das candidaturas presidenciais
- um embaralhamento das ofertas eleitorais confundindo o eleitor
- uma forte interveniência de técnicas de marketing político na construção de imagem dos candidatos e mesmo na condução de campanhas
- conjuntura internacional: exacerbação da hegemonia americana, com protecionismo e belicosidade; nova onda direitista na Europa, com a chegada ao poder em vários países; América Latina no fundo do poço econômico e às voltas com o que parece ser um novo ciclo de instabilidade política; iminente recessão econômica, ...

A listagem destes elementos compõe um quadro preocupante, sem dúvida, mas ao mesmo tempo desafiador, em que governantes e cidadãos são chamados, ou mesmo empurrados para dentro do processo político. Em conjunturas como esta pode-se estimar um maior envolvimento, e quem sabe uma maior conscientização, do eleitorado, dado que a política *lato sensu* lhe invade o cotidiano, seja pela ampliação do debate público, seja pelas artes e artimanhas do pervasivo/intrusivo e sofisticado *marketing* político.

## b) Algumas disjuntivas inquietantes

Algumas das tendências relacionadas a seguir fazem mais sentido por referência a maior probabilidade de eleição do candidato do PT, mas não lhe são exclusivas:

- moderação ou descaracterização político-partidária
- avanço ou atraso político
- pactos políticos para enfrentar a crise ou nova conciliação para redefinir domínios
- modernidade das relações políticas ou reposição de anacronismos oligárquicos
- compromissos políticos e responsabilidades institucionais ou capitulação e cooptação
- partidos fortalecidos ou em desagregação
- flutuações táticas ou oportunismo cínico
- cidadania promovida ou negada

Obviamente estas contrapostas possibilidades inscritas no processo eleitoral realizarão seus percursos práticos, em uma ou outra direção, segundo uma dinâmica política que atravessa as eleições, se projetando sobre o novo período governamental. Assim, o que prevalecerá não está dado *ex ante* apenas pelos arranjos de campanha, mas tomará forma e densidade pelos realinhamentos políticos pós-eleitorais, pelas iniciativas do novo governo, pela oposição que se constituirá, pelos apoios ou resistências que a nova coalizão governante gerará no seio da sociedade.

## c) Um certo estranhamento

A conjuntura política em curso, com seu eixo eleitoral, tem produzido uma variedade de reações. Inquietação intelectual, perplexidade político-ideológica e indignação moral têm habitado alguns corações mais sensíveis, ao menos daqueles que se importam com o processo político e com o destino do país. Embora a pertinência política de algumas destas reações seja problemática e indicadora do grau de diferenciação da cul-

tura política vigente entre nós, elas decorrem de inusitados movimentos, posturas e iniciativas de alguns dos principais protagonistas da cena eleitoral.

Há ainda várias outras percepções e expectativas relativamente aos resultados que podem advir destas eleições, oscilando qual um pêndulo, das mais desabridas esperanças de mudança, quase-ruptura com o que está aí, a um temor quase-pânico, prenúncio do caos político e do desastre econômico. O cardápio eleitoral contempla assim diversos apetites ideológicos, servindo à mesa da cidadania tanto idéias e interesses quanto fantasias e pesadelos.

Se como cidadãos partilhamos, em alguma medida, das mesmas perturbadoras reações, como estudiosos da política temos um quadro estimulante. Pois é certo que quando estamos diante do inesperado, de aparentes ou reais paradoxos ou de intrincadas coreografias entre parceiros políticos aparentemente incompatíveis, mais devemos mobilizar nosso discernimento analítico.

#### **d) Dificuldades da análise (de conjuntura)**

O estímulo e o convite para a análise que conjunturas “quentes” nos trazem não quer dizer que possamos sempre produzir explicações convincentes, seja porque os modelos teóricos que utilizamos precisam de ajustes, seja porque nossos talentos são insuficientes ou estão momentaneamente obnubilados.

Uma saudável dose de ceticismo quanto às possibilidades das teorias e de seus operadores poderia invocar com proveito o aforismo de Einstein: “Até onde as leis da matemática se refiram à realidade, elas estão longe de constituir algo certo; e, na medida em que constituem algo certo, não se referem à realidade.” Deixo pois aos colegas cientistas sociais, os atuais e os prospectivos, o exercício de fazer uma aproximação analógica deste aforismo com nossa área de conhecimento.

Se usualmente a análise política comporta dificuldades imensas, sendo, como observa Wanderley Guilherme, praticamente “impossível produzir completa e objetiva avaliação



política”<sup>3</sup>, estas dificuldades ficam potencializadas em determinadas conjunturas.

Se ainda podemos capturar os movimentos da conjuntura eleitoral com um aparato analítico mais ou menos convencional, o contexto que a envolve nestes tempos de realidades tensionadas, em transformação ou já transformadas, tornam mais visíveis seus limites explicativos.

Pense-se, a este propósito, sobre a ambigüidade ou imprecisão conceituais presentes em algumas tentativas para explicar as transformações por que passam o Estado, a sociedade civil, os partidos, as organizações não-governamentais e os movimentos sociais, e as conexões que estabelecem entre si, determinadas por sua vez por dinâmicas internas e transnacionais, muito além de seu controle.

As dificuldades de análise conjuntural são mais do que sabidas; conjunturas eleitorais são ainda mais velozes em alterar a pulsão de seus ritmos e o sentido de suas direções, ainda mais num país como o nosso em que “nada, aqui, lembra o dia anterior, e a semana passada já é história”, como em sua coluna no jornal *Valor Econômico* (8/8/2002) escreveu WGS.

A conjuntura corresponde ao momento atual, que é o campo específico da prática política e que tem como objetivo o Estado, fator de coesão de uma formação social e ponto central das suas transformações.

Numa dada conjuntura reflete-se a individualidade histórica, sempre original, porque singular, de uma formação social. Trata-se de uma situação concreta de luta política de classes, embora estas não intervenham aí como classes mas como facções. A unidade de análise da disputa política, e de seus resultados, como nos lembra WGS, requer o conceito de “facções mais ou menos organizadas, que são os reais atores do conflito político.”<sup>4</sup>

A idéia de conjuntura só é pensável a partir da idéia de estrutura e mediante a idéia de contradição inerente à estrutura. É assim que a ação política só aproveita ao máximo o que cada

3 WGS, “A práxis liberal e a cidadania regulada”, in *Décadas de Espanto... cit.* p.63

4 WGS, “A práxis liberal no Brasil”, in *Décadas de Espanto... cit.* p. 56/57.

conjuntura oferece quando focaliza os pontos cruciais do sistema de contradições. Na conjuntura o que vale é o ator político e as respostas que dá às situações com que se defronta.

Há um campo de indeterminação nas conjunturas, constituído pela ação combinada das forças sociais. Facções políticas e redes informais de poder de diversos tipos surgem e desaparecem de acordo com as conjunturas. De seu confronto produzem-se determinados efeitos que inclusive extrapolam o âmbito político da luta de classes.

Assim, uma nota de cautela se impõe aos que procuram esclarecer as linhas de força que movimentam a conjuntura atual.

Destacarei a seguir quatro pontos:

### **1) As tensões do processo eleitoral em curso são um importante teste para:**

- as nossas instituições políticas;
- para saber em que medida está consolidado o regime democrático, qual sua capacidade para operar procedimentos de rotina mesmo em ambiente carregado de incertezas e riscos; para avaliarmos sua natureza e seus limites;
- também é o momento de verificar o grau de consistência organizativa dos atores políticos, especialmente os partidos, sua coerência programática, seus referenciais ideológicos, sua capacidade de agregar interesses e expressá-los politicamente.

A questão aqui a verificar é em que medida se articulam, com alguma pertinência, as táticas de campanha com uma visão estratégica para o país e um projeto democrático para a sociedade.

Dada a configuração de forças que sustentam as candidaturas presidenciais postas nestas eleições, suponho que não sejam infundados os receios quanto aos possíveis desempenhos e compromissos da próxima coalizão governante.

Não apenas a formação das principais coligações eleitorais autoriza preocupações quanto à clareza de propostas que se habilitam à captura do voto, o que pode deformar a expressão da

vontade política dos eleitores, quanto um governo formado por forças políticas com escassa afinidade pode levar a uma situação de paralisia decisória governamental.

Se é certo que governos em sistemas políticos multipartidários e de democracias mais estáveis são tendencialmente coalizões governantes, a composição destas deve guardar algumas afinidades e desenvolver um *modus operandi* que ultrapasse a movimentação de lideranças personalizadas e as iniciativas de grupos privilegiados. A construção destes dois quesitos, afinidades políticas básicas e procedimentos de negociação regulados e eficazes para além da barganha fisiológica será um desafio para o próximo governo.

- o processo eleitoral em curso será também um teste para as lideranças e candidatos. Até que ponto estão preparados para os cargos que almejam? Em que consiste esta preparação? Qual a natureza do bom governante? Que atributos e qualidades são imprescindíveis a quem se habilita a posições de mando e ao exercício de poder?

Isto nos remete à questão do bom governo.

Esta questão é importante, entre outras razões, porque é muito difundido entre nós um preconceito de fundo elitista e autoritário, de que só os melhores deveriam governar, dada a necessidade de habilidades específicas para o exercício da autoridade. Sendo o “melhor” definido por critérios formais e também elitistas.

Um bom governo, segundo formulações clássicas e consensuais, supõe homens preparados e boas leis. Será que estes pressupostos estariam, em graus adequados, presentes nas atuais condições brasileiras?

Dado que certos setores sociais e políticos procuram desqualificar um dos principais aspirantes ao posto de presidente da República nestas eleições, com o argumento de que não estaria preparado para o cargo, pois lhe falta educação formal de nível superior, pergunto: em que consiste uma formação adequada ao exercício de altos cargos públicos? Qual a natureza do bom governante? Que atributos e qualidades são imprescindíveis a

quem se habilita a posições de mando e ao exercício de poder? Em que grau os atuais pretendentes à presidência são portadores destes atributos e qualificações?

Uma possível resposta a estas indagações poderia começar afastando alguns equívocos e preconceitos. Por exemplo, o que propicia um bom governo não é estritamente, talvez nem preferentemente, o caráter pessoal ou a ética privada do governante. Quanto a estes quesitos deveríamos incluir, no rol de estadistas, políticos como Raul Alfonsín e Fernando de la Rúa. Nem tampouco seria critério válido altas titulações em Ciência Política ou honrarias acadêmicas; segundo este critério Fernando Henrique Cardoso seria um dos maiores estadistas de todos os tempos, em qualquer país. Estou certo quanto a isto que FHC não obteria um elevado consenso entre os brasileiros e as brasileiras.

Requisitos para um bom governante devem antes incluir aspectos como legitimidade de mandato, consistente apoio político, partidário e social, compromisso com valores e instituições republicanas. A “promessa de bom presidente”, como enuncia Wanderley Guilherme, “vem a ser aquele que enfrentou, em seu currículo, episódios inesperados, a eles reagindo com nervos sob controle. Mais do que qualquer outra coisa, deve ser bem dotado em inteligência para compreender com rapidez o emaranhado da situação inesperadamente criada e discernir que rumo tomar, o que fazer. Assim como as coisas têm se passado, governar o Brasil requer mais do que o domínio de manuais limitados ao rotineiro. Governar o Brasil exige inteligência, serenidade e certo pormenor que, ao final, é o que faz a diferença: saber, com clareza, a que lado pertence e qual camisa veste.”<sup>5</sup>

Finalmente um bom governante se define pela capacidade de articular consensos, mobilizar a sociedade, projetar futuros, valendo-se de alguma *virtú* e contando com muita *fortuna*.

---

5 WGS, *Valor* 8/8/2002

## 2. Diluição ideológica e coligações esdrúxulas ou realismo político, convergência programática e responsabilidade institucional?

Todos sabemos que se vive um tempo de crise e esvaziamento de utopias e ideologias. Sem subscrever as frágeis e suspeitas teses conservadoras do “fim das ideologias”, e do fim de outras tantas coisas, o fato é que presentemente as ideologias perdem força como referências para nos situarmos na sociedade e pensar o futuro. Dissolvem-se as ideologias dogmáticas, que são repelidas como mecanismos rígidos e canonizantes.

Alguns desconfortos ideológicos gerados pelas coligações políticas do processo em curso, no entanto, são reais e produzem efeitos eleitorais. A frouxidão ideológica das alianças nestas eleições obscurece quais são os interesses a serem promovidos e quais os que deveriam ser contidos; dificulta a percepção de quem são os inimigos e de como enfrentá-los; embaralha o que se deve manter e o que se deve mudar; esmaece os referenciais para pensar o mundo e as posições que cada ator coletivo ocupa.

À esquerda, ou ao menos na sua mais forte expressão partidária, o PT, constata-se uma tendência à moderação e à política de alianças impensável até há pouco, o que pode alterar significativamente sua imagem e identidade e seu modo de fazer política, e de governar, no caso de conquistar a presidência da República.

O centro e a direita enfrentam dificuldades de viabilização eleitoral, o que procuram resolver com expedientes *transformistas* ou de *conciliação*.<sup>6</sup> Alguns partidos, à esquerda e à direita, apresentam-se mais ou menos como espectros de suas formas origi-

---

6 Por *transformismo* entendo aqui as escamoteações de um projeto de transformação que parecia viável, e que se perde por sua incapacidade de estabelecer alinhamentos definidos e coerentes, descambando para coligações esdrúxulas. No limite, este processo acaba por elevar a corrupção à condição de recurso político corrente, degradando as relações políticas entre adversários em transações espúrias, comprometendo assim a eficácia e a legitimidade do sistema político.

A referência à *conciliação* é feita aqui no sentido dos estudos de José Honório Rodrigues, como mecanismo utilizado pelos grupos dominantes para resolverem suas diferenças e atritos, sempre que se sintam ameaçados em seus interesses pela maioria, fazendo a esta pequenas concessões.

nais e de seus compromissos históricos, se pudéssemos utilizar tal diapasão para medir seus deslocamentos e cabriolas.

As situações referidas pelo conceito de *transformismo* na verdade aplicam-se aos dois lados do espectro ideológico. Em sua significação original, ainda num registro positivo, o termo se remete ao político de esquerda italiano Agostinho Depretis, que ao chegar à Presidência dos Ministros, isto é, ao governo, substituindo a direita histórica na liderança do país anunciara uma “fecunda transformação”. O objetivo de Depretis era o de acalmar a opinião pública moderada e ampliar o consenso em torno de políticas de propósitos nitidamente reformadores. Procurava criar recursos políticos para implementar respostas adequadas e eficazes, “tanto ao vasto conjunto dos velhos problemas que a gestão da direita havia deixado por resolver, como às novas solicitações e postulações provenientes da sociedade civil...”.<sup>7</sup> Deixo à fecunda imaginação da audiência a árdua tarefa de fazer uma analogia com nossas eleições e identificar qual candidato estaria tomando de empréstimo a Depretis seu discurso e sua tática.

Mas há também, como indicado acima, uma leitura do *transformismo* para enquadrarmos a direita. É o momento em que este processo adquire conotações negativas, quando o projeto de “uma fecunda transformação” *começa a fazer água* e vai pro ralo, dando origem a um novo estilo de político, digamos assim sem preconceito, onde se sanciona como prática política um certo vale-tudo, que em bom português designaríamos por barganha fisiológica no balcão da feira política (cf. o sentido que atribuí ao *transformismo* na nota de rodapé). Aqui, para efeitos de aproximação com a situação eleitoral, poder-se-ia associar este processo com as complexas manobras que se viram na contingência de adotar alguns partidos, seja pela imposição de legislação “verticalizadora” que constrija a competição eleitoral, seja pelo tradicional apetite pelo poder de certos outros partidos que ficam pulando de barcos à deriva, em fim de viagem a “Ilhas Fiscais”. Para concluir a travessia de tão tormentosas procelas, estes

---

7 Ver verbete “Transformismo” no *Dicionário de Política*, de Bobbio, Matteucci e Pasquino. Brasília: Ed. UNB, 2 ed. 1986, p.1259.

partidos embarcam então no que os ingleses chamam de “bandwagon”, isto é, se “enturmam” no que está em ascensão e que parece estar quase “chegando lá”.

Se nos afastarmos das modalidades mais perversas ou caricatas do *fazer político* contemporâneo, convém no entanto reconhecer a necessidade de um *aggiornamento* de suas organizações e procedimentos.

Assim, o problema da transformação social não aparece mais como mero postulado programático e doutrinário; põe-se antes como resultado de mecanismos contraditórios e também como resultado de opções para argumentar perante grandes massas, num sistema político fundado sobre o confronto das idéias e sobre um crescente nível cultural.

Declina o modelo de partido que deve realizar uma doutrina político-social e que deve “comandar” todo o processo sócio-político. Só podem conservar valor como sínteses provisórias de um diagnóstico da sociedade sempre por verificar.

### **3. Reduccionismo da política a proposições economicistas e forte interpelação do capital especulativo ao processo eleitoral**

Há nesta conjuntura uma intrincada relação entre o domínio do mercado, a crise econômica, o Estado e suas instituições e as eleições. A volatilidade dos mercados financeiros, em relação ao Brasil, estaria diretamente condicionada pelo processo eleitoral, e ao mesmo tempo condicionando-o.

A capacidade de desempenho do governo, do incumbente e do próximo, esbarra fortemente no fato de que o capital pode proteger-se de regulações estatais, graças às posições de poder social que lhe são próprias, com a ameaça de não investir.

Tem-se aqui uma desafiante disjuntiva: ou temos eleições definindo que tipo de economia queremos; ou temos a economia, cuja dinâmica foge do controle dos cidadãos, definindo que tipo de eleições, e então, de democracia que teremos. Isto é, neste caso, de democracia que não teremos.

O “pensamento único” que antes interditava o debate manifesta-se agora, em sua crise, como terrorismo de mercado, tal a inquietação e ansiedade que se constata em alguns círculos financeiros, em face da alta probabilidade de eleição de um presidente não muito confiável aos seus interesses.

O que é um dos atributos de uma eleição democrática, um grau razoável de imprevisibilidade dos resultados, torna-se para estes setores do *capital* o que mais se deve exorcizar.

As questões neste âmbito não se limitam à esfera econômica mas dizem respeito às relações estruturais de poder, que são politicamente articuladas. Daí a relevância que os “assuntos econômicos” têm adquirido crescentemente, e que dão a tônica principal da conjuntura eleitoral em curso.

A questão aqui é quais alterações ou ajustes nas formas de acumulação de capital prevaletentes implicam num realinhamento forte nas posições de poder substantivo. Daí a carga dramática que vemos inscrita na atual contenda eleitoral, na medida em que uma modificação das relações de poder parece mais viável do que nunca. Isto se considerarmos, o que é improvável como adiante veremos, que eleições no âmbito liberal-burguês, periférico e oligárquico deixem de ser qualquer coisa que não seja amigável aos interesses de classe do capital.

#### **4) Exercer a cidadania do voto mas reduzir as expectativas de mudanças**

De uma análise como esta poderia resultar uma certa ansiedade; afinal se a coisa está embaralhada, como optar por candidaturas que se apresentam tão contaminadas por políticos, tendências e ideologias que guardam pouca congruência entre si?

Em vez de seguirmos uma certa sabedoria convencional resignada de escolher o menos pior, poderíamos adotar uma atitude talvez mais sofisticada e construtiva, utilizando aportes teóricos inspitados em Pareto, tal como o faz Wanderley Guilherme dos Santos: “Só políticos de larga visão compreendem que o segredo do bom governo consiste em conciliar subótimos. (...) o Brasil acumulou disparidades e desequilíbrios cuja superação re-



quer a sensibilidade de políticos sutis, inteligentes e capazes. Políticos cientes de que a vida social progride por sucessão de desequilíbrios subótimos, não por via de políticas otimizantes.”<sup>8</sup>

Uma nota de cauteloso otimismo: seja qual for o cenário para o próximo governo, o Brasil já teria atingido um certo grau de complexidade e diferenciação econômica e social que tenderia a limitar as extravagâncias, experimentos e loucuras dos governantes, sejam quais forem os eleitos.

Convém nos orientarmos em termos de movimentos estratégicos e de perspectiva histórica. A política, em seu melhor sentido, isto é, a busca do bem comum, ficaria interdita se perdêssemos a capacidade de imaginar que é possível viver diferentemente. Não se poderia agir em política se as coisas não pudessem tornar-se diferentes daquilo que são.

Dito isto convém não alimentar expectativas desmedidas.

Um projeto de mudança social não se resolve nem se esgota numa eleição, nem numa sucessão de eleições. Também fariam bem para a saúde mental e ideológica – falo dos que querem mudanças substantivas – não esperar muito quanto às capacidades e iniciativas de um governo, qualquer que seja, sob as atuais condições institucionais e constrangimentos sócio-econômicos. Não está no âmbito do exercício regular de um governo, sob o regime da democracia representativa, promover alterações estruturais na questão vital do controle da produção social e na ordem sócio-política que a regula.

Esta é uma tarefa histórica que demanda outras energias e outros tempos, umas e outros balizados por graus superiores de consciência e mobilização, que articule de forma autônoma amplos contingentes sociais, cuja ação tensione, ou mesmo transborde dos limites institucionais e coloque em xeque o conjunto das relações sociais.

O rebaixamento das expectativas é pois uma atitude em linha com os limites da democracia representativa; esta é, quanto ao que aqui se discute, um método de seleção de governantes

8 WGS, *Décadas de espanto...* p. 120

(que sob muitos respeitos antecede o próprio sufrágio popular), não um dispositivo de transformar radicalmente a sociedade.

Diante das dificuldades de compreensão e de análise com que a conjuntura nos confronta poderemos invocar com proveito novamente o auxílio das elaborações de Wanderley Guilherme, que recomenda cautela diante das tentações de soberba cognitiva que não infreqüentemente habitam a academia. A propósito da “pretensão de que seja possível conhecer o mundo social”, o autor assim se manifesta: “Contra a arrogância dogmática, oponho a simpatia cética; contra o saber enclausurante, a subversão libertária da ignorância.”<sup>9</sup>

---

9 WGS, *Discurso sobre o objeto. Uma poética do social*. Cia. das Letras, 1990.